



Estado de Sergipe
Administração Estadual do Meio Ambiente



LICENÇA AMBIENTAL



A **Administração Estadual do Meio Ambiente - Adema**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, inciso VIII, da Lei Estadual nº 5.057, de 7 de novembro de 2003, atendendo ao requerimento relativo ao Processo 2025/TEC/LO-0104, outorga a presente

Licença de Operação Nº 34/2026

em favor de **CARMO ENERGY S.A.**, CNPJ nº 41.955.491/0002-92, sediado na Rua Francisco Rabelo Leite Neto, Atalaia, Aracaju, SE, CEP 49.037-240, **para operação do poço terrestre 7-CP-2077D-SE, localizado no Campo de Carmópolis, na Fazenda Agropecuária Oiteirinhos, município de Carmópolis/SE, nas coordenadas UTM, Datum SIRGAS 2000, fuso 24L: 8821653 mE e 724728 mS, com extensão de linha de 653,64 m, tendo como ponto de término o satélite SAT.CP1133.**

Considerações Gerais

01. Esta Licença de Operação foi emitida às 10:59:33 do dia 24/03/2026, com validade por 05 anos, vencendo-se em 24/03/2031.
02. O código de controle desta licença é **<2d31dc89075d10d5ab772481b825a3b8>** e a sua aceitação está condicionada à autenticidade a ser conferida na internet no endereço eletrônico <http://www.adema.se.gov.br>, e à não existência de rasura.
03. Esta licença não exclui nem substitui outras licenças, caso exigidas por força de legislação federal, estadual ou municipal.
04. O não cumprimento das obrigações e das condicionantes aqui estabelecidas implicará na adoção das penalidades previstas em lei.
05. Na hipótese do requerimento de renovação da presente licença não ser deferido até antes do final de sua vigência, ao empreendedor somente será garantido o direito à prorrogação automática da licença, caso o requerimento de renovação venha a ser feito em até 120 (cento e vinte) dias antes do seu término.
06. A Adema, mediante decisão motivada, a requerimento do empreendedor ou por ato de ofício, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar a presente licença, se ocorrer:
 - a) Violação de normas ambientais;
 - b) Inadequação de quaisquer condicionantes;
 - c) Omissão ou falsa descrição de informação relevante que poderia subsidiar ou subsidiou a outorga da presente licença;
 - d) Superveniência de grave risco ao meio ambiente e/ou à saúde pública;
 - e) Superveniência de normas técnicas e legais sobre a matéria;
 - f) Presença de zona aquífera e ecossistemas cavernícolas não detectados na prospecção do terreno.

Obrigações do empreendedor

01. Dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar a partir desta data, o empreendedor deverá providenciar a publicação no Diário Oficial do Estado, o extrato deste instrumento de licença, conforme modelo disponibilizado, devendo encaminhar à Adema um exemplar do jornal contendo a publicação.



Licença: 34/2026

Código: 2d31dc89075d10d5ab772481b825a3b8

Condicionantes

1. A empresa deverá no prazo de 90 (noventa) dias a contar a partir desta data, afixar placa alusiva à licença ambiental, em local visível, de preferência próximo do acesso ao empreendimento, nas dimensões mínimas de 0,50 m de largura por 0,70 m de altura, conforme modelo e instrução fornecidos pela Adema.
2. A empresa deverá instalar e manter, em local visível e de fácil acesso, a placa de identificação do poço, conforme as normas estabelecidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP. A placa deverá conter, no mínimo, as seguintes informações: número do poço, nome do campo, operador, satélite e contato de emergência.
3. A empresa deverá realizar o monitoramento das águas subterrâneas a montante e a jusante da área de interferência do poço em operação, em conformidade com a Resolução CONAMA nº 396/2008. O monitoramento deverá contemplar, obrigatoriamente, no mínimo, medições semestrais dos parâmetros estabelecidos na referida Resolução, devendo os resultados ser apresentados em Relatório Anual Consolidado, organizado por município, contendo a análise dos dados, avaliação de tendências, interpretação hidrogeológica e eventual identificação de anomalias ou riscos ambientais associados à atividade, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.
4. A empresa deverá apresentar até dia 31 de janeiro de cada ano, o programa de recuperação de solos impactados e suas atualizações, referente ao monitoramento do ano anterior, devendo abranger:
 - Relatório de Execução das Ações referente a todas as áreas em recuperação proveniente de suas atividades, com ciência da Adema, acompanhado do cronograma de execução atualizado, hidrossemeadura de revegetação/vegetação das áreas taludais das bases e seus respectivos acessos e da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.
 - Relatório de controle de vegetação de espécies invasoras com ocorrência em acessos, bases e áreas taludais de poços, oriundas do banco de sementes de material de empréstimos quando de suas construções ou de outro tipo de procedimento.
5. Qualquer alteração relacionada à operação do poço, incluindo locação, acesso ou aos trabalhos de intervenção do poço terrestre 7-CP-2077D-SE, deverá ser previamente comunicada à ADEMA, acompanhada da devida justificativa técnica, para análise e manifestação do órgão ambiental.
6. A empresa deverá apresentar anualmente relatório de acompanhamento das ações de manutenções e melhorias realizadas nos equipamentos presentes nos poços, que devem ser gerenciados pelo Plano de Manutenção e Melhorias apresentado pela Carmo Energy, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica ART.
7. A empresa deverá manter a integridade das Áreas de Preservação Permanente – APP, conforme preconiza a Lei Federal nº 12.651/12.
8. A emissão de ruído proveniente da atividade deverá obedecer aos limites estabelecidos nas ABNT NBR nº 10.151/2019 e nº 10.152/2017, referenciadas pela Resolução CONAMA nº 01/1990.
9. O sistema de drenagens de águas pluviais deverá ser operado e mantido de forma a evitar o surgimento de processos físicos ativos (erosão, assoreamento, alagamento e outros), garantindo o fluxo natural das águas superficiais e controle quanto a prováveis contaminações pelas atividades da locação.
10. Todos os resíduos líquidos e sólidos, classificados como perigosos ou não, gerados no desenvolvimento das atividades do empreendimento, deverão ter suas destinações finais devidamente comprovadas por meio de relatório técnico, a ser apresentado à ADEMA anualmente, em conformidade com o Programa de Gerenciamento de Efluentes Líquidos (PGEL) e com o Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), previamente apresentados ao órgão ambiental.
11. As empresas que efetuarão o transporte dos produtos e resíduos perigosos, utilizados e gerados nas atividades da empresa deverão estar licenciadas por órgão ambiental competente.



Licença: 34/2026

Código: 2d31dc89075d10d5ab772481b825a3b8

Condicionantes

12. A empresa se responsabilizará por quaisquer derramamentos de óleos, graxas, águas produzidas (associadas) e/ou outro qualquer contaminante, pelo qual adotará todas as medidas cabíveis com vista a prevenir acidentes.
13. Constatando a inviabilidade do poço, a empresa deverá requerer à Adema uma Autorização Ambiental para o encerramento das atividades, apresentando relatório técnico com os motivos, procedimentos de abandono de poço, conforme a Resolução ANP nº 817/2020.
14. A empresa deverá manter o monitoramento em sua área de operacional quanto ao teor de gás sulfídrico com o objetivo de atendimento à Norma Regulamentadora – NR nº 15, encaminhando anualmente os resultados em relatório técnico, com considerações gerais, comentários, recomendações e conclusão, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica ART.
15. Toda a área de passagem da linha deverá ser adequadamente sinalizada ao longo de toda a sua extensão, devendo a sinalização ser mantida durante todo o período de operação da linha, com a finalidade de advertir e orientar a comunidade localizada nas proximidades do empreendimento, garantindo a segurança das pessoas e a prevenção de riscos ambientais e operacionais.
16. A empresa responderá civil, penal e administrativamente por danos causados à vida, à saúde e ao meio ambiente em decorrência do uso inadequado desta licença.
17. Qualquer situação de emergência na fase de operação e/ou manutenção do empreendimento e outras condições estabelecidas nesta licença, deverá ser comunicada à Adema dentro de 24 (vinte e quatro) horas seguintes ao fato, com descrição das causas e providências tomadas para sua correção, não isentando a empresa da aplicação das penalidades cabíveis.
18. Qualquer alteração e/ou ampliação na área e/ou atividades da empresa e/ou mudança de titularidade do empreendimento deverão ser previamente apresentada à Adema para a respectiva avaliação.